

Pensamento econômico no Brasil na época da Independência

Alexandre Macchione Saes

Ivan Colangelo Salomão



resumo

O artigo discute a evolução do pensamento econômico no Brasil durante a época de sua Independência. Aproximadamente três décadas, entre os séculos XVIII e XIX, que marcam um período de transições: das independências americanas, da Revolução Francesa, da Revolução Industrial inglesa e, no que diz respeito ao pensamento econômico, da difusão das ideias da economia política clássica. No confronto entre essas ideias e a prática da economia colonial, a assimilação da economia política no Brasil realizada pela geração de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, José da Silva Lisboa e José Bonifácio de Andrada e Silva implicou tendência contraditória de difícil conciliação entre interesses metropolitanos e coloniais e a manutenção de práticas mercantilistas em meio a concepções liberais.

Palavras-chave: pensamento econômico; Independência do Brasil; José da Silva Lisboa; José Bonifácio.

abstract

The paper discusses the evolution of economic thought in Brazil during the time of its independence. Approximately three decades, between the 18th and 19th centuries, which mark a time of transitions: the American independences, the French revolution, the English industrial revolution and, with regard to economic thought, the diffusion of ideas from classical political economy. In the confrontation between the ideas of classical economics and the practice of colonial economics, the assimilation of political economy in Brazil, carried out through the lens of the generation of d. Rodrigo de Sousa Coutinho, José da Silva Lisboa and José Bonifácio de Andrada e Silva, could not occur without contradictory tendencies, from difficult conciliation of metropolitan and colonial interests, maintenance of mercantilist practices in the midst of liberal ideas.

Keywords: economic thought; Independence of Brazil; José da Silva Lisboa; José Bonifácio.

“Ainda que os governos enérgicos podem dar ativo impulso a geral indústria de sua Nação e acelerar as obras que a opulentam e acreditam, contudo parece-me impróprio e pernicioso precipitar as épocas dos possíveis melhoramentos do Brasil no que respeita a fábricas; e é evidentemente absurdo pretendermos rivalizar e já competir com os países populosos e adiantados em estabelecimentos desta natureza, e até no risco de distrair braços e fundos dos mais convenientes canais da Riqueza Nacional”
(Lisboa, 1810, p. III)

Em 1810, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, publicou *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brazil*, uma curta peça em defesa da introdução da indústria na colônia portuguesa. Diferentemente de *Princípios de economia política* – obra publicada em Portugal, em 1804, que apresentava um caráter mais teórico em diálogo direto com autores clássicos, em especial, Adam Smith –, *Observações sobre a franqueza da indústria* desce da teoria para encontrar a realidade da economia colonial. Não obstante tenha sido um dos principais difusores da economia política clássica no Brasil, José da Silva Lisboa passaria a confrontar, a partir de 1810, os princípios gerais das ideias econômicas em circulação com experiências históricas e concretas. Como recado para o príncipe regente, a peça sugeria que, se não cabia reproduzir as fábricas “refinadas” e “de

luxo” da Europa, a colônia deveria se valer do exemplo da “América do Norte”, que patrocinou o estabelecimento de fábricas associadas a comércio, navegação e agricultura em seu território.

Este breve parágrafo introdutório já indica a complexidade de se analisar a disseminação das ideias econômicas internacionais entre os (poucos) brasileiros letrados à época da Independência. O choque entre as concepções da economia política clássica – produzidas no seio de uma nação que passava por um processo vanguardista de revolução industrial – e a realidade colonial e escravista brasileira, desestimulava assimilações e adaptações

ALEXANDRE MACCHIONE SAES é professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

IVAN COLANGELO SALOMÃO é professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

das teses escocesas a partir das experiências históricas específicas.

José da Silva Lisboa (1756-1835) foi o responsável pelas mais conhecidas assimilações e adaptações produzidas nas primeiras décadas do século XIX, o que lhe valeu a distinção de ser “consensualmente apreciado como o primeiro economista brasileiro” e introdutor da economia política e fundador da ciência econômica entre os seus patrícios (Novais & Arruda, 2003, p. 255). A destreza com que absorvia e reproduzia ideias do além-mar levou Arruda (2014, p. 312) a classificá-lo como “exemplo típico da elaboração tropical de ideias colhidas em outras plagas, as bem aclimatadas em solo pátrio”. Entende-se, assim, que as ideias econômicas produzidas naquele contexto se distanciavam da realidade da vida material da colônia, compondo um corpo analítico mais complexo sobre a economia colonial e balizado pela teoria elaborada no exterior (Aidar, 2019, p. 137)¹.

Inobstante, o trabalho de Lisboa deve ser apreendido como parte de uma geração do reformismo ilustrado português, que dialogava tanto com as referências mercantilistas quanto com a emergente economia política escocesa. Como sugere Fernando Novais, foi no cruzamento de influências inglesas clássicas e francesas fisiocratas que os ilustrados

portugueses teriam produzido o seu “mercantilismo ilustrado” (Novais, 2011, p. 230). Ideias econômicas que se fizeram verbalizar por personagens como d. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), o bispo Azeredo Coutinho (1742-1821), Hipólito da Costa (1744-1823), José Bonifácio (1763-1838) e outros, que viriam a compor a eclética e heterogênea “geração de 1790” (Maxwell, 1999).

O pensamento econômico em gestação não era uma simples mimetização de termos, conceitos e princípios da moderna produção da economia política clássica. Tratava-se, com efeito, do surgimento de um pensamento econômico luso-brasileiro voltado para a compreensão do novo papel da colônia nas reformas ilustradas lusitanas da segunda metade do século XVIII. Em outras palavras, representava o esforço para se compreender a realidade de uma economia tropical num período de intensas transformações econômicas, políticas, sociais e ideológicas ao redor do globo. Ideias que imprimiriam marcas duradouras, fosse na prática das reformas da política colonial, fosse nas ideias econômicas produzidas no Brasil a partir do período de sua Independência.

Tais reflexões mais sistematizadas sobre a economia brasileira emergiram num período de aproximadamente três décadas entre o final do século XVIII e o início do XIX, comumente caracterizado como uma “época de transições”. Momento marcado pelo ciclo das independências americanas inaugurado com a emancipação dos Estados Unidos, em 1776; pela difusão das ideias da economia política clássica, especialmente a partir da obra *Riqueza das nações*, de Adam Smith, publicada naquele ano; pelas revoluções liberais europeias,

1 Maurício Coutinho, em instigante texto sobre o liberalismo e a economia política em José da Silva Lisboa, afirma que o uso dos conceitos e teorias da economia política clássica foi aplicado de maneira bastante precária pelo economista brasileiro. Para o autor, Lisboa se valeu de noções básicas de divisão do trabalho, especialmente presentes em Adam Smith, para embasar seus conselhos de política econômica e defender as vantagens da divisão do trabalho (Coutinho, prelo).

dentre as quais se destacou a Revolução Francesa, que eclodiu em 1789 e foi a mais influente; pela Revolução Haitiana, de 1791, capítulo central sobre os rumos da história colonial e de confrontação ao regime escravocrata; e, finalmente, pelo avanço da Revolução Industrial inglesa nas décadas finais do século XVIII, que provocaria transformações profundas na dinâmica econômica internacional (Hobsbawm, 1979; Novais, 2011).

Para além da reflexão acerca da inserção colonial na nova estrutura econômica internacional, o debate econômico observado no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX também circunscrevia os projetos em disputa no contexto da Independência. A emancipação política exigia das elites nacionais definições sobre questões distintas, como a construção do Estado, as políticas de comércio internacional e o caráter da estrutura social, num contexto em que outras nações do continente declaravam independência para formar repúblicas livres do trabalho escravo (Pimenta, 2015).

Isto posto, o presente artigo busca recuperar algumas dessas ideias econômicas elaboradas na época da Independência brasileira. A análise dos textos econômicos produzidos nas décadas que antecedem a emancipação de Portugal permite captar os projetos em disputa sobre o papel da colônia num contexto internacional em profunda transformação. Estruturas como o exclusivo colonial e a escravidão se mostravam cada vez mais anacrônicas com o avanço das ideias liberais, precisando ser, de alguma maneira, ressignificadas. Para tanto, este trabalho retoma algumas das principais

ideias econômicas, bem como os diferentes projetos de nação de dois relevantes atores políticos e intelectuais do contexto da Independência, José da Silva Lisboa e José Bonifácio de Andrada e Silva.

UM MUNDO EM TRANSIÇÃO: O REFORMISMO ILUSTRADO PORTUGUÊS

Se o crepúsculo da Baixa Idade Média assistiu à paulatina ascensão do futuro império marítimo português, o século XVIII testemunhou o longo declínio por que passou um dos mais poderosos aparatos estatais de dominação já conhecidos pela humanidade até então. Geopoliticamente onipresente durante mais de duzentos anos, o reino português demonstrava, no último quartil do Setecentos, sinais irreversíveis da decadência do outrora poderoso Estado lusitano.

Politicamente fragilizada e economicamente dependente, a Coroa bragantina buscava reestruturar os mecanismos de dominação colonial, uma vez que as perturbações ocorridas no além-mar, especialmente no Brasil, refletiam o ocaso daquele modelo de exploração e antecipavam a premência de remodelação de suas estruturas de submissão (Monteiro, 2009). A eclosão de uma série de insurreições, bélicas ou ideológicas, nos maiores centros econômicos e populacionais de sua principal colônia – Minas Gerais (1789), Rio de Janeiro (1794) e Bahia (1798), entre outras menos conhecidas – sinalizava a crescente contestação e a tibieza do regime prestes a sucumbir.

As mudanças políticas e econômicas a que forçosamente Lisboa se dobrava refle-

tiam a contradição inerente à iniciativa de revigorar as estruturas coloniais em meio à onda iluminista que varria o continente. O oxímoro subjacente ao chamado “despotismo esclarecido” – fenômeno que visava à conciliação entre a manutenção do exclusivismo colonial e a liberdade político-econômica requerida pelas colônias americanas – encontrou no entremundos português daquele momento histórico um de seus mais sintomáticos testemunhos.

Se decadente em matéria econômica, do ponto de vista intelectual tratava-se Portugal de um país não menos atrasado se comparado ao restante da Europa ocidental. A reforma iluminista encetada no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, entre 1750 e 1777, teve como desafio garantir a reconstrução de Lisboa, depois do terremoto de 1755, e como marca, a promoção de uma política de protecionismo econômico. O mercantilismo português da segunda metade do Setecentos reduzia a dependência do país do comércio inglês, permitindo que a Coroa ampliasse suas receitas, necessidade naquele contexto de reconstrução da capital metropolitana.

O Marquês de Pombal empreendeu, adicionalmente, significativos esforços para modernizar o sistema universitário português. A expressiva influência do catolicismo na vida pública do país contribuiu para que a escolástica resistisse por muito tempo às reformas educacionais, subordinando o método científico à ingerência eclesiástica. Mas a ruptura do governo com a ordem jesuíta, culminando com sua expulsão das colônias, exigiu que o Estado monárquico assumisse novo papel no sistema educacional lusitano.

Trata-se, esse, do ambiente acadêmico em que se formou a chamada “geração de 1790”, grupo de brasileiros notabilizado pela reflexão do reino como entidade una, o que descartava, por princípio, a emancipação política do país. Influenciados pela revolução científica iluminista, esses jovens estudantes exprimiam o hibridismo metodológico típico do turvamento inerente a um período de transição político-cultural, como foi o crepúsculo do antigo sistema. Do ponto de vista da concepção econômica, Novais (1984; 2001, p. 228) os definiu como praticantes de um “mercantilismo ilustrado”, oportuna antinomia a caracterizar ideias tão abertamente contraditórias.

O atraso econômico e cultural do reino português refletia-se na estagnação de suas instituições educacionais. Segundo Lima (1978), foi somente em 1836 que se introduziu o ensino de Economia Política na Universidade de Coimbra – muito tempo após a inauguração da disciplina em nações europeias pioneiras –, cuja regência foi confiada ao catedrático Adrião Pereira Forjaz Sampaio. A título de comparação, d. João concedera oficialmente a cátedra da disciplina a José da Silva Lisboa quando de sua chegada ao Brasil, em 1808. Conquanto não tenha sido efetivado, a cadeira passou a ser ofertada a partir dos anos 1830 nas faculdades de Direito de São Paulo e Olinda/Recife, estendendo-se, posteriormente, aos cursos politécnicos no decorrer do século XIX (Gremaud, 1997).

Oásis digno de menção foi a atividade científica desempenhada pela Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779 pelo influente primo da rainha Maria I, João Carlos de Bragança Mascarenhas da Silva (Duque de Lafões), e pelo abade José

Correia da Serra. A entidade desempenhou papel relevante nos estudos dos problemas econômicos de Portugal ao patrocinar a publicação dos cinco volumes das *Memórias econômicas da academia*. Ainda que, em sua maioria, versassem sobre questões técnicas e produtivas, trata-se, segundo Bastien (2000), dos documentos que representaram a fisiocracia portuguesa da forma mais fidedigna. Dentre os 39 autores responsáveis pelos tomos da coleção (1789, 1790, 1791, 1812 e 1815), cinco eram brasileiros: José Bonifácio de Andrada e Silva, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá e Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles (Lima, 1978, p. 50).

Atrasado, ainda que suscetível ao contexto no qual se inseria. Se as forças do passado se mantinham ativas e operantes entre a diminuta *intelligentsia* portuguesa do final do século XVIII, o ambiente intelectual em que a totalidade da elite colonial letrada se forjou estava indelevelmente marcado pela revolução ideológica produzida pelo iluminismo escocês, um marco na história da humanidade. A estrutura educacional e científica lusitana jamais logrou avanços que a distinguissem em relação aos demais países europeus. Ainda assim, viabilizou a formação universitária de diversas gerações de brasileiros que, se não mantiveram contato com a fronteira do pensamento ocidental da época, ao menos tomaram conhecimento da existência de um debate, àquele momento, interdito no Brasil.

Homens como o português Rodrigo de Sousa Coutinho, o baiano José da Silva Lisboa, o fluminense Joaquim Azeredo Coutinho e o paulista José Bonifácio de

Andrada e Silva frequentaram a Coimbra supradescrita. Representantes dessa elite dividida entre dois mundos, refletiram os (des)caminhos da política colonial nas duas acepções do termo: na faceta retrógrada de suas ideias e na expressão inovadora das políticas que subscreveram.

As reformas iniciadas por Pombal seriam aprofundadas nos anos finais do Setecentos, quando d. Rodrigo de Sousa Coutinho foi convidado para assumir a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1796, e, mais tarde, o Tesouro real. Na prática, a política de d. Rodrigo permitia a ampliação e a diversificação da produção colonial, materializada na significativa mudança da pauta exportadora da colônia, tendo o algodão ocupado novo e generoso espaço entre os produtos direcionados para a metrópole. O sucesso da política se materializava nos superávits da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra observados pela primeira vez na história (Arruda, 2014, p. 315). Essa nova tendência se fundamentava pela riqueza que Portugal conquistava a partir das reexportações coloniais, produzindo um discurso em defesa de uma política de interesses recíprocos entre metrópole e colônia².

Defendendo a unidade política e a interdependência econômica, o reformismo ilustrado de d. Rodrigo – presente em

2 A ideia de uma nova política promovida por d. Rodrigo é questionada por Valentim Alexandre (1993), que alega que a política apenas recebeu nova roupagem da política pombalina. José Luís Cardoso (2001), por outro lado, explorando elementos da política tributária e observando a proximidade de algumas ideias de d. Rodrigo com formulações de Adam Smith, reitera a noção de ruptura.

Memórias sobre o melhoramento dos domínios da América de 1797 – pregava a nova posição da colônia nos negócios metropolitanos. Posição também sintetizada pelo bispo Azeredo Coutinho (1742-1821) no *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794), em que defende o déficit comercial metropolitano em relação à colônia desde que se registre superávit com as demais potências (Novais, 2011, p. 234).

Foi assim que a “geração de 1790”, preocupada com a reforma do Império português, incorporou elementos da economia clássica, muito embora tenha conservado traços de uma política econômica mercantilista e também tolerado o tráfico negreiro e a escravidão³. Souza Coutinho, por exemplo, se valeu de sua leitura de Smith para defender as políticas monetárias em Portugal e referendar uma política colonial mais liberal. Defensor da aproximação diplomática e comercial com a Inglaterra e um assessor próximo do príncipe regente d. João, Coutinho foi um dos responsáveis pelo rompimento com a França napoleônica e pela transferência da família real para o Brasil em 1808.

A chegada da corte ao Rio de Janeiro acelerou as transformações econômicas pelas quais passava a colônia, assim como estimulou um novo olhar para as relações entre metrópole e colônia. O período entre a instalação do governo português nos trópicos e a Independência do Brasil seria fértil nas proposições de reposicionamento do papel

do Brasil na política econômica lusitana, assim como nas ideias e projetos de nação independente. Com o avanço do processo de emancipação latino-americana no decorrer da década de 1810, as experiências vizinhas reforçavam o olhar para uma possível ruptura política com Portugal. Nesse quadro, analisam-se a seguir as ideias econômicas e os projetos políticos de dois mencionados personagens centrais desse processo, explicitando como seus olhares sobre a teoria econômica eram confrontados com a realidade social e política da colônia.

O LIBERALISMO TROPICALIZADO: IDEIAS DE JOSÉ DA SILVA LISBOA

Se os membros da “geração de 1790” percorreram e debateram temas da economia política, coube a José da Silva Lisboa o maior esforço de compreensão e disseminação da ciência escocesa e dos preceitos liberais no Brasil. Fosse por ser Lisboa o primeiro a publicar em português, em 1804, uma obra com o título de *Economia política* (Hugon, 1994); fosse por produzir uma síntese das ideias de Adam Smith para a elite política brasileira (Cardoso, 2009); ou por ter sido o representante daquela geração capaz de construir uma visão de conjunto sobre a economia política (Paula, 2017).

Nascido na Bahia, José da Silva Lisboa realizou cursos de Direito e Filosofia em Portugal, na segunda metade da década de 1770. Foi no final do século XVIII que se aproximou da esfera governamental, atuando entre 1798 e 1808 como secretário da Mesa de Inspeção da Bahia. *Princípios do direito mercantil e leis da Marinha*, sua

3 Milena Fernandes de Oliveira (2017) defende que Hipólito José da Costa teria sido voz dissonante ao questionar abertamente a escravidão.

obra publicada em sete volumes a partir de 1801, transformou-se numa referência e o colocou nos radares da Coroa portuguesa.

Com a transferência de d. João para a colônia, em 1808, Lisboa foi convidado a seguir para o Rio de Janeiro com a corte. Conhecido de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, assumiu o cargo de desembargador da Mesa do Paço e de deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil⁴. Além de ser nomeado para a aula de economia política, segundo decreto realizado pelo então príncipe regente no Brasil, também passou a atuar na Imprensa Régia, criada com a chegada da corte, posição de que se aproveitou para disseminar sua profícuca produção acadêmica.

Assim, José da Silva Lisboa publicou, somente em 1810, cinco textos, obras de caráter bastante prático para avaliar dimensões da economia local com a chegada da corte portuguesa (Arruda, 2014, p. 313)⁵. Não obstante, dentre os livros publicados nesses primeiros anos

de chegada da corte ao Brasil, certamente *Observações sobre o commercio franco no Brazil* (1808-1809) e *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brazil* (1810) podem ser considerados as duas obras mais importantes para verificar a incorporação do “liberalismo” nos trópicos.

Obras redigidas no contexto de um Rio de Janeiro efervescente, que se abria para o mundo e recebia levas de aventureiros estrangeiros para desvendar as riquezas do Brasil. A nova capital do Império português se dinamizava também com a criação de instituições como o Banco do Brasil, o Jardim Botânico, a Real Fábrica de Pólvora, a Real Academia Militar, a Biblioteca Real, entre outras. Mas certamente a mais impactante medida tomada pelo príncipe regente no campo econômico foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. A Carta Régia de janeiro de 1808, primeira promulgada por d. João no Brasil, marcou o fim do pacto colonial e se transformou num evento central para a historiografia brasileira. Abria-se a colônia para a nova realidade de uma economia internacional que gradativamente seria pressionada a aceitar as práticas do liberalismo inglês⁶.

4 Como narra Maurício Coutinho, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, contemporâneo de Lisboa nos tempos de Coimbra, reencontrou-o na metrópole entre 1793 e 1797. D. Rodrigo, “após carreira diplomática, era figura ascendente na vida política portuguesa e fora nomeado em 1796 titular da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos. A encargo desta Secretaria estava a organização da vida econômica nas colônias, e Sousa Coutinho contava com portugueses de origem brasileira, como Silva Lisboa, para a execução de seus projetos de modernização da economia colonial. Por outro lado, na qualidade de secretário da Mesa de Inspeção da Bahia a partir de 1798, Silva Lisboa manteve correspondência administrativa com Sousa Coutinho. O reencontro e reaproximação do funcionário colonial com d. Rodrigo terá sido natural. Note-se que, além de haverem partilhado questões da administração colonial, Sousa Coutinho, uma figura iminente do Iluminismo português, era, como Silva Lisboa, leitor e admirador de Adam Smith” (Coutinho, prelo).

5 As obras publicadas naquele ano foram: *Observações sobre a franqueza da indústria...; Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais; Refutação das declarações contra o comércio inglês; Reflexões sobre o comércio de seguros; Razões dos lavradores do vice-reinado de Buenos Aires.*

6 Como Hobsbawm (1979) e Ha-Joon Chang (2004) explicitam em seus trabalhos, apesar do liberalismo ser vitorioso no campo teórico já no início do século XIX, sua efetiva vitória no campo da política econômica ocorreria somente em meados do século, depois da revogação das *Corn Laws*.

No Brasil, a abertura dos portos inaugurava o conjunto de medidas liberalizantes, como a revogação do Ato de 1785, que proibia o estabelecimento de manufaturas no Brasil, e o Tratado de Cooperação e Amizade de 1810.

José da Silva Lisboa, já conhecido pela simpatia que nutria pelas ideias liberais de Adam Smith, aparece na literatura como o personagem que teria influenciado o príncipe regente na decisão. Conquanto as evidências não sejam definitivas, o economista se tornaria “um dos maiores defensores da abertura dos portos brasileiros em 1808” (Costa, 1984, p. 74)⁷. Como ressalta Maurício Coutinho, Lisboa foi grande entusiasta das reformas econômicas do período, tendo sido “incorporado à *entourage*” de d. João e autor da primeira obra da Imprensa Régia, casa editorial oficial instalada no Rio de Janeiro, a qual versava sobre a defesa do livre-comércio e das medidas estabelecidas pela Coroa. Em sua visão, a superação do pacto colonial era a forma de estimular muitas atividades econômicas no território brasileiro, dentre as quais as manufaturas (Coutinho, prelo).

Em *Observações sobre o commercio franco no Brazil*, o autor busca apresentar sua posição em prol da abertura comercial, valendo-se exaustivamente da autoridade de Adam Smith – a quem dedica nada

além de 40 referências – e de suas teses sobre os benefícios do comércio livre para as nações⁸. Para Lisboa, “a franqueza do comércio [...] está tão longe de ocasionar nociva evacuação do nosso ouro, que, ao contrário, deve operar o efeito de aumentar a sua quantidade, ou diminuir a sua saída” (Cairu, 1808-09, pp. 98-9). Como justifica, por meio do comércio franco, seria possível importar os mais diversos bens e artigos, os quais poderiam, inclusive, baixar os custos da produção colonial, aumentando “como diz Smith, as potencias produtivas do trabalho” (Cairu, 1808-09, p. 29).

Na obra, Silva Lisboa não esconde a admiração pela superioridade econômica inglesa, excedendo “a todos os povos em espírito de empresa mercantil e naval”, estando “o direito e a economia mercantil” em seu auge naquele país. Tal condição, contudo, produzia benefícios para a coletividade, nas palavras do autor: “Nenhuma Nação tem como a Grã-Bretanha achado os meios de, por assim dizer, aproximar os produtores aos consumidores de todos os países, multiplicando os veículos, e instrumentos de comunicação, e pelas vias mais fáceis, e conciliadoras dos interesses das mais distantes Nações, ainda que tão bem procure [...] adquirir para si alguma

7 Sobre as ideias de José da Silva Lisboa, Darcy Carvalho (1985) e Antônio Penalves Rocha (1996) discutem as apropriações das ideias liberais de Adam Smith no Brasil, enquanto Jobson Arruda e Fernando Novais (2003) ressaltam a autonomia das reflexões de Cairu para pensar os problemas de sua economia, perspectiva esposada por Alceu Amoroso Lima (1956, p. 26) e Cardoso (2001).

8 Maurício Coutinho afirma que as referências a Adam Smith são incidentais nas obras *Observações sobre o commercio franco* e *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimentos de fábricas no Brazil* quando comparadas pelo caráter obsessivo de seu uso em *Princípios de economia política*. O argumento é correto quanto ao uso do pioneiro da Economia Política no estudo sobre a indústria, contudo, para a defesa da abertura do comércio no Brasil, Smith é peça central na argumentação de Silva Lisboa.

vantagem, pela sua superior energia, e previdência” (Cairu, 1808-09, pp. 32-3).

Apreende-se, assim, a preocupação de José da Silva Lisboa em defender a superação de práticas comerciais ultrapassadas, como no caso dos tratados comerciais de favorecimento a poucas nações, tal qual ocorrera com o Tratado de Methuen. Políticas dominantes desde os tempos “do ministro francês Mr. Colbert”, em que a promoção da indústria nacional dependia de privilégios e monopólios. “Como agora os tempos são outros”, as concepções equivocadas do passado, assim as define por meio da autoridade de Smith, o presente seria cultivado sobre “as bases da mais perfeita reciprocidade” (Cairu, 1808-09, p. 64).

Se era evidente sua posição contrária às práticas monopolistas e protecionistas presentes no industrialismo de Colbert, não é possível afirmar que Lisboa era um defensor de uma implementação acrítica das práticas do liberalismo. O *laissez-faire* smithiano empunhado por Cairu voltava-se mais para a contraposição ao monopólio herdado do sistema colonial, praticado pela Coroa portuguesa (Arruda, 2014, p. 322). Por isso, em *Observações sobre a franqueza da indústria*, o autor questiona os custos da política colonial lusitana, os quais teriam, em sua visão, prejudicado a “população e a grandeza do Brasil”. Ao submeter os braços e os capitais da colônia ao emprego da agricultura e da mineração, Portugal atendia aos preceitos de uma suposta divisão do trabalho, o que, para Lisboa, tornava proibitivo o “estabelecimento de algumas manufaturas úteis” no Brasil (Cairu, 1810, p. 25).

José da Silva Lisboa não defendia uma política industrialista deliberada na colô-

nia, uma vez que tal estratégia poderia comprometer a agricultura ao desviar os braços e capitais de sua principal atividade econômica. Com a tendência de diversificação e complexificação da economia brasileira, porém, as indústrias também teriam seu devido espaço; natural e paulatinamente, sem a intervenção direta do ente estatal. Indo além, defendia a produção de bens industriais, simplórios e baratos, que atendessem ao mercado interno em expansão, sobretudo dos trabalhadores braçais (Cairu, 1810, p. 32).

Essas considerações são suficientes para reforçar a ideia de que José da Silva Lisboa, leitor e herdeiro intelectual de Adam Smith, não transplantou as práticas liberais diretamente para a realidade colonial. Ainda que tenha cumprido o papel de “ideólogo do senhoriato brasileiro”, não abandonou os instrumentos para a promoção de uma política intervencionista, no sentido de garantir “as condições possíveis para a construção do Estado nacional” (Arruda, 2014, p. 333). Afinal, a economia política para Lisboa era, acima de tudo, a ciência do sistema social, da “riqueza das nações”, isto é, da própria constituição e organização das estruturas econômicas do Estado.

Mas afirmar que as posições do economista se distanciavam de uma simples repetição das ideias da economia política escocesa, adaptando-as às condições da colônia, não significa aceitar que José da Silva Lisboa tenha minimizado a importância da construção de um Estado nacional capaz de transformar as condições econômica e social da colônia. Entretanto, para o economista, o Estado nacional que emergia com a Independência cumpriria mais

com a manutenção das estruturas coloniais do que com a construção de uma nova sociedade. Afinal, o mesmo liberalismo que permitiria a instalação de fábricas no espaço colonial advogava a favor dos benefícios do livre-comércio e da “vocaçãõ agrária” de uma economia com abundância de terras e braços para “trabalhos menos qualificados”. No que diz respeito à escravidão, apesar de compreender a superioridade do trabalho livre e assalariado, não se utilizou da teoria econômica como justificativa para uma mudança da estrutura social no período da Independência. Vejamos como esses temas aparecem para o autor na década de 1820.

Em 1826, por exemplo, Lisboa publicou *Inviolabilidade da Independência, e gloria do Império do Brasil*, ano em que o imperador d. Pedro I lhe concederia o título de Visconde de Cairu. Tratava-se de um pequeno opúsculo em defesa da emancipação do Brasil, num embate sobre reconhecimento da Independência contra as acusações de *mr.* Chapuis, responsável em Lisboa pelo periódico *O Redator*. Um texto em que demonstra todo seu respeito ao monarca português, d. João, acreditando nas boas relações que poderiam ser estabelecidas entre as duas nações. Assim, o economista que chegou a fundar o jornal *O Conciliador do Reino Unido* para defender a manutenção da monarquia continental, no início da década de 1820, encampou definitivamente a posição pela emancipação do Brasil. Se a economia política foi usada para justificar a própria Independência do país, por outro lado, ela não se mostrou suficientemente apta para propor um novo projeto para o Brasil independente.

Para Lisboa, a constituição do Estado autônomo era o caminho natural para o Brasil, entre outras razões, pela própria maturidade econômica da então ex-colônia: “A Independência do Brasil era já de muitos anos um destes atos formados no seio da Natureza, que por força se viria a realizar no tempo próprio” (Cairu, 1826, p. 7). Ao defender a autoridade de d. Pedro I, reconhecido pela Assembleia Geral Legislativa como sucessor ao trono do Império, o Brasil teria alcançado “virilidade”, se tornado “forte em riqueza”; era “preponderante não só pela desmarcada extensão do seu terreno”, como também “pela concorrência dos seus diferentes ramos de comércio”; assim, anunciava a Independência até mesmo o caráter da “balança mercantil entre Portugal e a sua colônia brasileira” (Cairu, 1826, p. 8).

Ademais, a Independência do Brasil, com a manutenção das relações de amizade e reciprocidade, permitindo o comércio livre com Portugal, potencializaria os ganhos econômicos de outrora. A separação entre metrópole e colônia não deveria romper com a política comercial produzida desde tempos de d. Rodrigo. O economista não negava as benfeitorias do “enlaçamento com Portugal”, da presença dos comerciantes portugueses na colônia, mas defendia que a superação do monopólio comercial e as possibilidades do comércio mútuo poderiam beneficiar as duas nações.

Estudos do bem comum e economia política, obra publicada nos estertores do período colonial, apresenta traços centrais do seu projeto de sociedade e demonstra como este estava ainda num horizonte distante da realidade brasileira. Para Lisboa,

“geralmente onde há menos desigualdade de fortunas e condições, a geral indústria é mais regularmente dirigida a multiplicar e distribuir com equidade pelo corpo os substanciais confortos e cômodos da vida”, permitindo, inclusive, mais facilmente a instrução das classes inferiores. Por outro lado, utiliza-se de uma tipologia que caberia às economias coloniais para defender que “onde é enorme aquela desigualdade, e só há duas classes, de senhores e escravos, ou de mui ricos proprietários e capitalistas e miseráveis paisanos e sem considerável classe intermediária”. Nesse caso, a indústria mais refinada volta-se somente à produção dos objetos de luxo e de consumo conspícuo, satisfazendo apenas às classes que buscam “a ostentação de sua potência” (Cairu, 1819-20, p. 333)⁹.

Depreende-se, assim, que Lisboa via a escravidão como barreira na conformação de uma sociedade menos desigual. Ademais, o autor acreditava que o trabalho livre era mais produtivo e mais adequado aos princípios de uma ordem liberal, modelo de sociedade por ele alme-

jada. Mas o transpor do mundo das ideias para as práticas, sempre balizado pelo liberalismo e sua noção de um espaço econômico em transformação, também é por ele operado com parcimônia e ponderação. A despeito de todo seu prestígio com o monarca, Lisboa não sugere a extinção do trabalho escravo. Entendendo sua admissibilidade em dados casos, acredita que um processo gradativo seria a estratégia mais adequada, minimizando os ônus dos proprietários de escravizados que perderiam “ativos” por uma simples mudança institucional.

Sem transformações na estrutura social escravista, sem sugestões de alterações mais profundas na estrutura econômica agro-exportadora: José da Silva Lisboa é o intelectual que conduz a sociedade brasileira de colônia a nação, rompendo com os laços políticos lusitanos, esgarçados profundamente desde 1808, mas preservando os elementos estruturantes do Brasil independente, a continuidade dos “sentidos da colonização”.

POR UM OUTRO LIBERALISMO NOS TRÓPICOS: IDEIAS DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

José da Silva Lisboa pode ser considerado, com efeito, um representante oblíquo dos interesses de frações da elite brasileira ligadas ao mercado externo. Projeto vitorioso quando da emancipação, formação e formatação de um país que recém se reconhecera como tal, o latifúndio monocultor contava desde Smith e, mais especificamente, de Ricardo com um relevante álibi conceitual. O poder

9 Para reforçar o seu argumento, Lisboa contrapõe a indústria asiática, voltada aos bens de luxo, e as indústrias europeias, “mais favoráveis ao bem comum”. Enquanto a primeira acaba por produzir bens supérfluos, tais como “rendas, filigranas, obras de ouro, prata, joias, carruagens de esplendor...”, as indústrias dos países com menor desigualdade, que possuem maior emprego de braços e capitais para o mercado de produtos de uso universal, “com menor possível custo de produção”, acabam por obter ganhos superiores e maiores benefícios para a sociedade. Conclui o autor: “O progresso da civilização do corpo dos povos se manifesta onde mais predomina, por assim dizer, o luxo civilizador, que pressupõe mais universalizada a indústria que fornece os gerais mais honestos gozos da vida, e os meios fáceis de cambio, e estudo” (Cairu, 1819-20, p. 334).

quase dogmático com que a teoria das vantagens comparativas balizava o debate econômico contribuiu diretamente para o triunfo do modelo escravista-exportador.

Dominante, ainda que não hegemônico; vitorioso, ainda que sistematicamente confrontado. Se as vozes dissonantes não eram, de fato, minoritárias, não se pode desconsiderar as propostas alternativas que foram encampadas por atores graduados da política nacional. Uma das mais importantes delas foi o projeto defendido por José Bonifácio de Andrada e Silva, o mais icônico dos personagens políticos daquele momento histórico. Abolicionista e protoindustrializante, seu programa ia de encontro ao liberalismo preconizado por Cairu, um de seus mais figadais adversários intelectuais e a quem se referia em termos não exatamente elogiosos¹⁰: “Fração de gente, charlatão idoso. Que publica folhetos aos milhares que ninguém lê, porque ninguém entende por mais que lhes de títulos diversos” (apud Fonseca, 1968, p. 108).

Afamado por sua discutível atuação no processo de emancipação do país, Bonifácio foi um pensador original, sobretudo na área social. Diversos foram seus escritos a respeito da questão étnico-racial, tema que, a despeito de sua centralidade na história do país, esteve por séculos encoberto pela falsa narrativa da democracia racial brasileira. O principal trabalho de José

Bonifácio sobre o assunto foi a *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), documento pelo qual apresentou 32 propostas para a emancipação dos escravizados (Silva, 1965a).

Em seu entendimento, a abolição da escravidão e a formação de uma nova raça eminentemente brasileira atuariam como duas pernas de uma mesma pinça em seu projeto de nação. Remetendo-se à opressão exercida pela metrópole portuguesa sobre sua principal colônia durante os três séculos anteriores, Bonifácio via na superação da escravatura o último obstáculo para a formação de uma sociedade finalmente livre. Sua motivação repousava sobre argumentos de natureza filosófica e político-pragmática.

Diretamente influenciado pelo Iluminismo, tratava-se da liberdade individual a primeira causa de sua batalha. Conquanto o pensamento liberal repousasse sobre o direito à propriedade – um dos argumentos recorrentemente utilizados pela retórica escravocrata –, Andrada recorria ao utilitarismo de Bentham para advogar que tal prerrogativa deveria submeter-se ao bem comum. Assim, a abolição não poderia ser caracterizada como um ataque a esse direito, que deveria restringir-se, naturalmente, a objetos inanimados: “A propriedade foi sancionada para o bem de todos e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de *pessoa a coisa*? Não é pois o direito da força, pois que o homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade” (Silva, 1965a, p. 139, grifo no original).

Além da motivação moral, José Bonifácio apontava para os ônus e riscos polí-

10 Por outro lado, Cairu dispensou-lhe reverência ao retratá-lo como “Patriarca da Independência da Terra de Santa Cruz o conselheiro José Bonifácio de Andrada, para quem a História imparcial resguardará o Título de SALVADOR do Brasil pelos seus conselhos a d. Pedro I” (apud Peixoto, 1920, p. 6).

ticos decorrentes da escravidão. Em primeiro lugar, temia-se a ameaça que um contingente expressivo de escravizados representava à estabilidade social do país, à luz do que se observara na Revolução Haitiana. Ademais, a escravidão embaraçaria o reconhecimento internacional da Independência, sobretudo por parte da Inglaterra, cujos interesses no país fizeram de sua diplomacia um gabinete paralelo na condução da política brasileira.

Do ponto de vista econômico, seu projeto de desenvolvimento também estava condicionado à libertação dos povos negros. Em sua concepção, “a experiência e a razão que a riqueza só reina onde impera a liberdade e a justiça, e não onde moram o cativo e a corrupção” (Silva, 1965a, p. 156), motivo pelo qual a lavoura nacional apresentava baixa produtividade. Se cultivada por gente livre e em pequenas propriedades, a agricultura brasileira auferiria maior nível de produção por unidade empregada, encetando o desenvolvimento holístico e sustentado da economia nacional.

No mesmo sentido, Bonifácio procura conferir racionalidade microeconômica ao caráter antieconômico que ele reputava à instituição escravocrata. À luz do que lera em Smith, ele procurava demonstrar que a utilização da mão de obra escravizada depunha contra a própria lucratividade dos senhores devido a três principais motivos: (1) os escravizados não eram encorajados a adquirir habilidade nem disciplina laboral¹¹; (2) “bestas de carga”, não visavam à eficiência no trabalho; e (3) ao obstruir inovações poupadoras de trabalho, a escravidão obstava ganhos de produtividade. Em suas palavras, “a lavoura do

Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros com que homens ignorantes e fanáticos se iludem” (Silva, 1965b, p. 135).

Ainda assim, seu perfil abolicionista deve ser nuançado pelas condições impostas pela realidade daquele momento. Etapista e conservadora, sua proposta esteve balizada pelas consequências econômicas decorrentes da liberação irrestrita e imediata dos escravizados. Na expressão cunhada por Azevedo (1987), Bonifácio sugeria uma “pedagogia da transição”, processo escalonado que visava à aceitação social e readaptação produtiva à nova realidade. Ainda assim, propunha punição draconiana aos apologistas do cativo: “Todo cidadão que ousar propor o restabelecimento da escravidão e da nobreza será imediatamente deportado” (Silva, 1961a, p. 112).

Ao defender a abolição da escravatura, José Bonifácio não procurava apenas livrar os escravizados do cativo; propunha uma verdadeira política de miscigenação racial, a fim de sustentar a concepção do país que recém se emancipava de Portugal. No entendimento de Weffort (2006, p. 174), José Bonifácio viu o negro e o índio como seres humanos capazes de civilização; caberia ao Estado, pois, oferecer-lhes as condições para tal.

Assim como sua visão sobre a escravidão, que se distanciava substancialmente

11 Dentre os prejuízos econômicos decorrentes da escravidão estava a impossibilidade de o cativo fazer de negros e mestiços trabalhadores subordinados à rotina profissional, uma vez que os tornava “preguiçosos e vadios os mestiços e mulatos, que se desprezam de puxar pela enxada como os negros” (Silva, [1823a] 1965, p. 61).

daquelas de José da Silva Lisboa, sua proposta sobre uma política industrial foi também mais profunda. Apesar da formação baseada nos economistas clássicos, Bonifácio adotou um programa de governo intervencionista e, em alguma medida, pró-industrializante quando se tornou o primeiro-ministro informal do Brasil independente.

Um primeiro elemento que caracteriza seu afastamento do liberalismo ricardiano foi a defesa do estabelecimento manufatureiro em território nacional. Bonifácio acreditava que a indústria representaria, mesmo em uma nação colonizada, uma fonte importante de geração de riqueza e, sobretudo, de empregos: “A subsistência é fácil e abundante no interior do Brasil, e os jornais baixos, devem ocupar-se em fábricas, para que o resto da povoação supérflua à lavoura tenha em que empregar-se” (Silva, 1998, p. 156).

Nesse sentido, Andrada relacionava o desenvolvimento industrial à autonomia nacional, uma vez que as recorrentes crises cambiais e, conseqüentemente, a desvalorização monetária decorriam da importação de produtos manufaturados da Europa. Assim, dentre as medidas necessárias para o “aumento do Império”, Bonifácio conferia ao setor industrial destaque equivalente à atividade primária para o desenvolvimento econômico e político do país: “Não se deveria esquecer de fomentar a indústria e as fábricas do reino, [...] pois sem indústria, sem fábrica e manufatura, nenhum Estado é rico e independente” (Silva, 1965b, p. 73).

À defesa da independência produtiva do país subjazia a convicção de que, fomentada adequadamente, a economia

brasileira gozaria de novas condições em suas relações internacionais, atenuando sua dependência da importação de manufaturas: “Basta, para sermos ricos, que sustamos as conquistas de fazendas nossas; as outras nações necessitam chamar dinheiro, nos só carecemos de o reter – levantar manufaturas etc. onde é preciso conduzir a matéria, as lenhas caras, os jornais maiores é falta de juízo” (Silva, 1961b, p. 267).

Castro (1984, p. 42) vai além ao sugerir que José Bonifácio teria sido o “precursor da ideia de implantação sistemática da siderurgia no Brasil”. Referindo-se ao Alvará de 13 de maio de 1813 – pelo qual d. João VI recomendara o aumento da produção mineral no Brasil –, Andrada classificou o setor como um “objeto tão poderoso e de tamanha utilidade para o reino inteiro do Brasil e para a nação portuguesa”. A autora argumenta que Bonifácio teria sido o pioneiro da indústria de ferro, uma vez que patrocinara politicamente a vinda de Guilherme Luiz Eschweg, Guilherme Cristiano Gottheld Felldner e Francisco Adolfo Varnhagen, engenheiros alemães responsáveis pela implantação da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, em Sorocaba.

Outro setor a que Bonifácio dedicou atenção foi o da indústria têxtil. Ao cancelar a importação de “máquinas de fiar e tecer algodão”, ele determinou, na véspera de sua queda do Ministério, que esse ramo fosse incentivado pelo governo, “não tanto pela utilidade que a este resulta, como pelo bem geral da nação, cuja nascente indústria mal poderá fazer progressos que são para desejar sem o poderoso auxílio do Governo aos empreendedores” (apud

Anjos, 2008, p. 270). Para torná-lo viável, o ainda ministro determinou a preferência nas compras governamentais pelos produtos nacionais, a exemplo da aquisição de fardamento para as tropas da província.

Tal intervenção estatal embrionária com vistas à viabilização de plantas proto-manufatureiras foi consubstanciada por uma política comercial protecionista. Desde as críticas que teceu à assinatura dos tratados comerciais de 1808 e 1810 com a Inglaterra – “a quanto chega a má vontade e a impolítica dessas cortes?” (Silva, 1961c, p. 39) –, e posteriormente, os de 1826 e 1827, com a França, Bonifácio já defendia a adoção de uma política aduaneira como meio de fomentar a produção daqueles industriais que operavam com maior produtividade: “Todos esses tratados de comércio e amizade concluídos com as potências da Europa eram puras tolices; nunca os deixaria ter feito, se estivesse aqui. O Brasil é uma potência transatlântica, nada tem a deslindar com a Europa e não necessita dos estrangeiros; estes, ao contrário, precisam muito do Brasil” (apud Barbosa, 1965, p. 23).

Apesar de controvérsias, Bonifácio apresentou um projeto modernizante para o Brasil de sua época. A defesa de causas extemporâneas como a abolição da escravidão e a industrialização, ainda que temperadas pelas restrições políticas e materiais do contexto em que se inseriam, garantiu-lhe lugar de destaque no rol dos estadistas que testemunharam o nascimento do país.

Weffort ressalta o pioneirismo de José Bonifácio no debate sobre questões racial e ambiental e acerca da necessária transformação da estrutura econômica do país

em formação: “Não bastava fomentar a agricultura, as artes e o comércio – este que é ‘tão antigo como o mundo’. As ideias do Patriarca sobre a economia culminaram em uma visão do Estado: cumprir ao povo educação científica e moral” (Weffort, 2006, p. 173). Ao fim da vida, entretanto, Bonifácio colheu mais derrotas do que glórias. Consagrado pelo epíteto de Patriarca da Independência, Bonifácio não viu a grande maioria de suas propostas tornar-se realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a maioria das ideias econômicas que circulavam pelo Brasil a partir do final do Oitocentos era, de fato, importada dos países desenvolvidos, este artigo buscou mostrar que os principais temas econômicos de que se ocupava a elite brasileira incorporaram, paulatinamente, traços da vivência nacional. Por mais recorrentes que aqui fossem os assuntos originalmente discutidos nas escolas europeias, percebe-se que o debate nacional ganhava tinturas tropicais ao adaptar aquelas ideias às especificidades locais. Temas caros à sociedade brasileira à época da Independência – como questões fundiárias, tributação, diversificação produtiva, escravidão, política aduaneira etc. – fizeram do encontro da teoria econômica estrangeira com a realidade brasileira um rico objeto de estudo para pesquisadores contemporâneos.

A emancipação, como se sabe, foi um longo processo no qual os brasileiros representaram papel pouco ativo, não sendo exatamente o resultado da luta de agentes nacionais pela ruptura do modelo

de dominação exercido havia três séculos. Nesse sentido, a existência de um debate nacional, ainda que delineado por ideias importadas, reflete uma faceta pouco conhecida da história do país. A controvérsia entre intelectuais brasileiros discutindo o Brasil em solo brasileiro deve ser lida como um fato de relevância maior na nossa trajetória: José da Silva Lisboa e José Bonifácio, no limiar da emancipação,

articularam projetos significativamente diferentes para uma nação nascente. Suas ideias, vitoriosas ou derrotadas, retratam com clareza o perfil de uma sociedade pactuada pelas elites. A permanência de uma estrutura econômica e social, testada em um dos momentos capitais para os rumos do país, deixou marcas indeléveis para a compreensão do Brasil 200 anos depois de sua Independência.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, B. "Pensar a riqueza do Brasil colonial: das descrições à economia política", in T. Gambi; D. Cosentin (orgs.). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro/São Paulo, Eduff/Hucitec, 2019.
- ALEXANDRE, V. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto, Edições Afrontamentos, 1993.
- ANJOS, J. A. dos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- ARRUDA, J. J. de A. "José da Silva Lisboa: texto e contexto", in *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo, Alameda, 2014.
- AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, F. de A. "José Bonifácio e seu papel na Independência", in E. de C. Falcão (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Volume III. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965.
- CAIRU, J. da S. L. *Estudos do bem-commum e economia politica ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado*. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1819-20.
- CAIRU, J. da S. L. *Inviolabilidade da Independencia, e gloria do Imperio do Brasil sustentada a pezar [sic] da carta de ley: reflexoens contra as reflexoens de M. Chapuis, por hum brasileiro*. Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher Impressor-Livreiro de S. M. I., 1826.

- CAIRU, J. da S. L. *Observações sobre a franqueza da industria, e estabelecimento de fabricas no Brazil*. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810.
- CAIRU, J. da S. L. *Observações sobre o commercio franco no Brazil pelo author dos Principios de Direito Mercantil*. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1808-1809.
- CARDOSO, J. L. "Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de d. Rodrigo de Sousa Coutinho", in J. L. Cardoso (org.). *A economia política e os limites do Império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CARVALHO, D. *Desenvolvimento e livre-comércio. As ideias econômicas e sociais do Visconde de Cairu*. São Paulo, IPE, 1985.
- CASTRO, T. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro, Record, 1984.
- CHANG, H-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.
- COSTA, E. V. da. "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil", in C. G. Mota. *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1981.
- COUTINHO, M. "José da Silva Lisboa, liberalismo e economia política", in I. Salomão; L. F. Bruzzi Curi. *Ideias econômicas no Brasil oitocentista*. Porto Alegre, UFRGS Editora (prelo).
- FONSECA, G. da. *A Revolução Francesa e a vida de José Bonifácio, uma interpretação incômoda*. São Paulo, Edart, 1968.
- GREMAUD, A. P. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. Tese de doutorado. São Paulo, FEA/USP, 1997.
- HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1979.
- LIMA, A. A. "Época, vida e obra de Cairu", in J. da S. Lisboa. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1956.
- LIMA, H. F. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1978.
- MAXWELL, K. "A geração de 1790 e a ideia do Império luso-brasileiro", in *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- MONTEIRO, N. G. P. de F. "Pombal's Government: Between Seventh-Century Valido and Enlightened Models", in G. Paquette (org.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Surrey, Ashgate Publishing, 2009.
- NOVAIS, F.; ARRUDA, J. J. de A. "Prometeus e atlantes na forja da nação". *Economia e Sociedade*, v. 12, n. 2 (21). Campinas, jul.-dez./2003, pp. 225-43.
- NOVAIS, F. "O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos". *Revista Brasileira de História*, n. 7, 1984, pp. 105-18.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 2011.
- OLIVEIRA, M. F. de. "Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d'O Correio Braziliense". *Intellèctus*, ano XVI, n.1, 2017.
- PEIXOTO, A. "José Bonifácio de Andrada e Silva. O Patriarca da Independência", in A. Peixoto; C. Alves (orgs.). *José Bonifácio (o velho e o moço)*. Lisboa, Tipografia dos Diários de Notícias, 1920.
- PIMENTA, J. P. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2015.
- ROCHA, A. P. *A economia política na sociedade escravista (um estudo dos textos econômicos de Cairu)*. São Paulo, Hucitec, 1996.

- SILVA, J. B. de A. e. "Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil", in G. C. A. Boehrer. *Edição crítica*. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1963.
- SILVA, J. B. de A. e. "Misturemos os negros com as índias", in M. Dolhnikoff. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, J. B. de A. e. "Notas sobre a organização política do Brasil, quer como Reino Unido a Portugal, quer como Estado Independente", in O. T. de Sousa. *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Martins Fontes, 1961a.
- SILVA, J. B. de A. e. "Pensamentos e notas", in O. T. de Sousa. *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Martins Fontes, 1961b.
- SILVA, J. B. de A. e. "Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos governos e nações amigas, 6 de agosto de 1822", in O. T. de Sousa. *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Martins Fontes, 1961c.
- SILVA, J. B. de A. e. "Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura", in E. de C. Falcão (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Volume II. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965a.
- SILVA, J. B. de A. e. "Elogio Acadêmico da senhora Dona Maria I", in E. de C. Falcão (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Volume II. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965b.
- WEFFORT, F. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo, Ática, 2006.